

JULIANA FERNANDES CHACPE

**TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS
E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
DE PROTEÇÃO INTEGRAL:
DESAFIOS DA CONCILIAÇÃO
NA ADMINISTRAÇÃO
FEDERAL**



VirtualBooks Editora

© Copyright 2014, Juliana Fernandes Chacpe.

1ª edição

1ª impressão

(publicado em junho de 2014)

Todos os direitos reservados, protegidos pela lei 9.610/98. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida, em qualquer meio ou forma, nem apropriada e estocada sem a expressa autorização da autora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

CHACPE, Juliana Fernandes.

Territórios quilombolas e unidades de conservação de proteção integral: desafios da conciliação na Administração Federal. Juliana Fernandes Chacpe. Pará de Minas, MG: VirtualBooks Editora, Publicação 2014. 14x20 cm. 235p.

ISBN 978-85-434-0241-3

1. Territórios quilombolas 2. Unidades de conservação de proteção integral 3. Conciliação 4. Administração Federal. Brasil. Título.

CDD- 340

Livro editado pela
VIRTUALBOOKS EDITORA E LIVRARIA LTDA.
Rua Porciúncula, 118 - São Francisco
Pará de Minas - MG - CEP 35661-177 -
Tel.: (37) 32316653 - e-mail: capasvb@gmail.com
<http://www.virtualbooks.com.br>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO / 15

CAPÍTULO 1. COMUNIDADES QUILOMBOLAS / 24

1.1 CONCEITO E RESSIGNIFICAÇÃO DA EXPRESSÃO “REMANESCENTES DE QUILOMBOS” / 24

1.2 TERRITORIALIDADE / 33

1.3 ART. 68 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS- ADCT – CONCEITO DE OCUPAÇÃO / 39

1.4 CRITÉRIO DE AUTOIDENTIFICAÇÃO / 45

1.5 ATOS NORMATIVOS / 47

1.6 O DIREITO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS AOS SEUS TERRITÓRIOS ÉTNICOS COMO DIREITO FUNDAMENTAL / 54

CAPÍTULO 2. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO / 58

2.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E POPULAÇÕES TRADICIONAIS: NOÇÕES E ASPECTOS HISTÓRICOS / 58

2.1.1 Aspectos históricos / 58

2.1.2 Noções de conservacionismo, preservacionismo e socioambientalismo / 61

2.1.3 Considerações sobre manejo e planejamento participativo das populações tradicionais / 67

2.1.4 Considerações sobre a possibilidade de dupla afetação / 70

2.2 ÁREAS PROTEGIDAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – REFLEXÕES SOBRE A LEI 9.985/2000 / 79

2.3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL – CLASSIFICAÇÃO / 82

2.3.1 Parques / 82

2.3.2 Estações Ecológicas / 83

2.3.3 Reservas Biológicas / 84

2.3.4 Monumentos Naturais / 85

2.3.5 Refúgios da vida silvestre / 86

2.4. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL / 87

2.4.1 Áreas de Proteção Ambiental – APA / 87

2.4.2 Áreas de relevante interesse ecológico – ARIE / 89

2.4.3 Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN / 89

2.4.4 Florestas Nacionais / 91

2.4.5 Reservas Extrativistas / 92

2.4.6 Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS / 96

2.4.7 Reservas de Fauna / 97

2.5 ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO / 98

CAPÍTULO 3. CONFLITOS COLETIVOS E MEIOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO / 103

3.1 PRINCÍPIO DA UNIDADE DA CONSTITUIÇÃO / 103

3.2 A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A PONDERAÇÃO DE INTERESSES / 107

3.3 A TÉCNICA DA PONDERAÇÃO DE INTERESSES / 112

3.3.1 Identificação do conflito principiológico / 112

3.3.2 A ponderação de interesses / 115

3.3.3 Ponderação e princípio da proporcionalidade / 117

3.3.4. Ponderação e regras jurídicas / 119

3.3.5. Ponderação abstrata e ponderação ad hoc / 120

3.3.6 O núcleo essencial dos direitos fundamentais e a ponderação de interesses / 120

3.4 CLASSIFICAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E O SOPESAMENTO / 122

3.5 CRÍTICAS AO ART. 42 DA LEI 9.985/2000 (LEI DO SNUC) / 127

3.6 TEORIA DO CONFLITO / 129

3.6.1 A proposta de MAAN / 133

3.6.2. El valor del statu quo como un elemento del MAAN / 134

3.7 MEIOS CONSENSUAIS NA SOLUÇÃO DOS CONFLITOS COLETIVOS / 137

3.8 MEIOS CONSENSUAIS E RESPONSABILIDADE ESTATAL POR OMISSÃO / 141

3.9 MEIOS CONSENSUAIS E ACESSO À JUSTIÇA / 144

3.10 TIPOS DE CONFLITOS SOLUCIONÁVEIS POR MEDIAÇÃO - USO DA MEDIAÇÃO NO TRATO DE DIREITOS INDISPONÍVEIS / 146

3.11 DIFERENÇAS DA MEDIAÇÃO APLICADA A DIREITOS DISPONÍVEIS E INDISPONÍVEIS / 148

3.12 CONFLITOS ENVOLVENDO ENTES
FEDERAIS / 151

3.13 RESOLUÇÃO N. 125 DO CONSELHO
NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ / 157

CAPÍTULO 4. ESTUDO DE PROCEDIMENTOS
CONCILIATÓRIOS / 161

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DE CASOS
CONCRETOS / 161

4.1.1 Procedimento conciliatório 00400.007270–2007-
13 – Comunidades do Alto Trombetas e REBio
Trombetas / 164

4.1.2 Procedimento conciliatório 00400.009941–2010-
86 – Comunidade Quilombola Tambor e Parque
Nacional Jaú / 174

4.1.3 Procedimento conciliatório 00400.010093–2010-
58 – Comunidade Quilombola Mumbuca e REBio Mata
Escura / 178

4.1.4 Procedimento conciliatório 00400.010204–2010-
26 – Comunidade Quilombola Cunani e Parque
Nacional Cabo Orange / 185

4.1.5 Procedimento conciliatório 00400.01702–2008-13
– Comunidade quilombola São Roque e Parques
Nacionais da Serra Geral e dos Aparados da Serra Geral
/ 187

4.1.6 Procedimento conciliatório 00400.009796–2010-
33 – Comunidade Santo Antônio do Guaporé e Reserva
Biológica do Guaporé / 195

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES / 197

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / 207

ANEXOS / 227